

Exmo. Sr.

Presidente do Conselho Geral Independente

Exma. Sra.

Provedora do Telespectador,

CC à Entidade Reguladora para a Comunicação Social

N/Ofício nº 3128/2025

Lisboa, 10 de novembro de 2025

Assunto: Falta de equilíbrio na cobertura noticiosa da RTP

O STI vem expressar descontentamento relativamente à forma como a RTP tratou a informação no dia 31 de Outubro de 2025.

Nesse dia, foi dada cobertura a uma notícia sobre um suplemento remuneratório que os trabalhadores da AT recebem todos os anos, que já existe há cerca de trinta anos. Esse suplemento é uma prática habitual e amplamente conhecida. Não consideramos que seja uma informação de grande relevância, uma vez que se trata de uma questão recorrente, sem qualquer novidade substancial. Acresce que existem suplementos em centenas de carreiras e a RTP teima em abordar sempre o dos trabalhadores da AT, não fazendo o mesmo com os demais.

O critério editorial de repetir a mesma notícia todos os anos torna-se ainda mais difícil de compreender quando, no mesmo dia, teve lugar uma grande concentração de trabalhadores, com a presença de centenas de profissionais, em frente à Assembleia da República, num protesto de elevada importância política e social. A nossa surpresa foi ainda maior ao constatar que esta manifestação, que reflete as legítimas preocupações e insatisfações de muitos

trabalhadores e problemas graves que o país tem com a fraude e evasão fiscal, não foi abordada pela RTP, nem sequer recebeu destaque nos noticiários, como seria expectável num serviço público de comunicação. Se não tivessem referido a AT nesse dia já seria estranho não noticiar a concentração de trabalhadores. Referindo o suplemento da AT e omitir a concentração de trabalhadores em frente ao Parlamento é inaceitável.

Consideramos que esta escolha de priorizar a notícia sobre o suplemento em detrimento de um evento com tamanha expressão social levanta sérias questões sobre os critérios editoriais da RTP, em especial no que respeita à imparcialidade, equilíbrio e pluralismo no tratamento da informação. O serviço público de televisão tem a responsabilidade de refletir a realidade social de maneira justa e abrangente, dando voz a todas as camadas da população, incluindo os trabalhadores e os seus legítimos protestos.

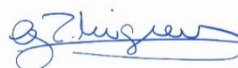
Este tipo de omissão compromete a confiança dos cidadãos na imparcialidade e na responsabilidade social da RTP, que, como sabemos, deve atuar conforme os princípios consagrados na Lei, promovendo o interesse público e a transparência na informação.

Assim, solicitamos que V. Exa. possa averiguar este caso e, se o entender pertinente, solicitar esclarecimentos à Direção de Informação da RTP sobre os critérios que levaram à escolha da cobertura noticiosa em detrimento de uma questão de maior relevância social.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'a Direção Nacional do STI,

O Presidente,



Gonçalo Monteiro Rodrigues